

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 156.692 - BA (2018/0030166-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA VARA DE PAULO AFONSO - SJ/BA**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DE REL DE CONS
CIV E COMERCIAIS DE EUCLIDES DA CUNHA - BA**
INTERES. : **NICOLAU TOLENTINO DA SILVA**
ADVOGADO : **GEAN CHARLES FELIX CANÁRIO - BA018828**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência, instaurado entre o JUÍZO FEDERAL DA VARA DE PAULO AFONSO - SJ/BA, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DE RELAÇÕES DE CONSUMO, CIVIS E COMERCIAIS DE EUCLÍDES DA CUNHA - BA, suscitado, em ação ajuizada contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, visando a concessão de benefício previdenciário - auxílio-doença ou sua conversão em aposentadoria por invalidez.

A demanda foi proposta perante o Juízo Federal suscitante, o qual julgou improcedente o pedido. Apresentada Apelação, a 1ª Turma Recursal anulou o julgamento e declinou do feito ao Juízo Comum estadual (fl. 52e).

Enviado o feito ao Juízo estadual, este declarou-se incompetente e determinou o envio do feito ao Juízo Federal, ora suscitante, haja vista que anteriormente já havia manifestação da Turma Recursal em que declarada a incompetência da Justiça Federal (fls. 58/59e).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito, para declarar competente a Justiça Federal (fls. 64/66e).

Destaco, inicialmente, prevalecer, nesta Corte, o entendimento de que "**o pedido inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida, esta extraída da interpretação lógico-sistemática da exordial como um todo, e não apenas do capítulo relativo ao 'pedido'**" (STJ, REsp 1.104.357/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 05/03/12).

No mesmo sentido:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA POR SUCESSÃO. QUESTÃO DECIDIDA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM PEDIDO INDENIZATÓRIO, NA JUSTIÇA FEDERAL. DISCUTE-SE A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS, DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, RELATIVAS À RESPONSABILIDADE PELO PASSIVO DE TODA E QUALQUER NATUREZA.

(...)

4. O STJ possui entendimento de que a competência é definida com amparo na causa petendi e no pedido deduzido na demanda.

(...) (STJ, CC 128.982/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/12/2013).

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. ADVENTO DA LEI N.º 9.528/1997. LIDE DE ORIGEM ACIDENTÁRIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 15 DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. O advento da Lei n.º 9.528/1997 consagrou tão-somente a extensão do reconhecimento do direito do segurado de receber benefício previdenciário decorrente da redução de sua capacidade laborativa em razão de qualquer infortúnio, antes restrito ao acidente de trabalho.

2. É imprescindível para determinar a natureza do benefício-acidente o exame do substrato fático que ampara o pedido e a causa de pedir deduzidos em juízo.

3. Envolvendo a relação processual matéria acidentária em si mesma, compete à Justiça Estadual processar e julgar a presente demanda, consoante dispõe o enunciado da Súmula n.º 15 do STJ 4. Conflito conhecido e declarado a competência do Juízo de Direito da Comarca de Criciúma/SC, ora suscitante" (STJ, CC 37.435/SC, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ de 25/02/2004).

No caso concreto, conforme a petição inicial de fls. 32/34e, a parte autora pretende a concessão de benefício previdenciário (auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez). Não se alega, porém, como fundamento do pedido, a ocorrência de acidente do trabalho.

Diante desse quadro, não resta configurada hipótese de aplicação da Súmula 15/STJ ("COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS LITÍGIOS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO"), porquanto ausente a alegação, na petição inicial, de liame entre o pedido da parte segurada e acidente do trabalho, que, repita-se, não foi, sequer, mencionado, como fundamento do pleito.

A propósito, confira-se:

"PREVIDENCIÁRIO. PETIÇÃO INICIAL. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. PLEITO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE MENÇÃO A ACIDENTE DE TRABALHO. EXEGESE DO ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência para julgar as demandas em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário deve ser determinada em razão do pedido e da causa de pedir.

2. **No caso concreto, não se extrai da petição inicial da subjacente ação qualquer alusão à ocorrência de acidente laboral que, enquanto causa de pedir, estivesse a respaldar o pedido de aposentadoria por invalidez formulado pelo segurado frente ao INSS, cujo contexto desautoriza a tramitação da lide perante a Justiça estadual.**

3. A teor do art. 109, I, da CF, compete à Justiça federal o julgamento das 'causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;'

4. Agravo regimental a que se nega provimento".

(STJ, AgRg no CC 144.267/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 31/03/2016).

Ante o exposto, a teor do art. 955, parágrafo único, inciso I, do CPC/2015, conheço do conflito e declaro a competência do JUÍZO FEDERAL DA VARA DE PAULO AFONSO - SJ/BA, o suscitante, em consonância com os precedentes desta Corte a respeito da matéria.

Comunique-se, com cópia desta decisão, aos Juízos suscitante e suscitado, bem como ao Ministério Público Federal, o resultado do presente julgamento.

I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora